

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE DA ESCOLA  
SHIRLLEY TATHIANNA GRIME DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO: proposta de sequência didática  
para o terceiro ciclo do Ensino Fundamental

Itapema/SC

2016

SHIRLLEY TATHIANNA GRIME DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO: proposta de sequência didática  
para o terceiro ciclo do Ensino Fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Professora orientadora: Claudia Regina dos Anjos.

Itapema/SC

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliveira, Shirley Tathianna Grime de  
Educação para a igualdade de gênero : proposta de  
sequência didática para o terceiro ciclo do Ensino  
Fundamental / Shirley Tathianna Grime de Oliveira ;  
orientadora, Claudia Regina dos Anjos - Florianópolis, SC,  
2016.

40 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.  
Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1.Gênero e Diversidade na Escola. 3. Desigualdade de  
gênero. 4. Violência doméstica. 5. Planos de ensino. 6.  
Sequência didática. I. Anjos, Claudia Regina dos . II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em  
Gênero e Diversidade na Escola. III. Título.

**SHIRLLEY TATHIANA GRIME DE OLIVEIRA**  
**EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO: PROPOSTA DE**  
**SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O TERCEIRO CICLO DO ENSINO**  
**FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção do título de Especialista em  
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

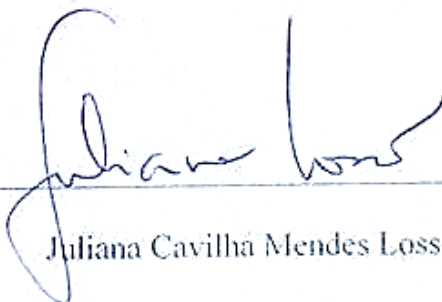
Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

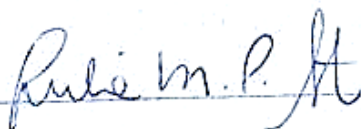


Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Juliana Cavilha Mendes Losso



Julia Mara Pegoraro Silvestrin



Cláudia Regina dos Anjos

A todos que apostam na educação como libertadora, este trabalho eu dedico.

## **AGRADECIMENTOS**

A elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso foi possível graças a ajuda dos professores e professoras do Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) que, durante os anos de 2015 e 2016, esforçaram-se ao máximo para proporcionar, a nós estudantes, novas leituras, por meio das quais pudemos ampliar nossa teia de significados de mundo.

Agradeço imensamente a minha orientadora Claudia Regina dos Anjos por toda a dedicação e paciência empregada.

Agradeço também à gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015) pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação), e pelos investimentos feitos nos últimos 13 anos, por meio dos quais, foi possível expandir políticas públicas de combate as desigualdades sociais motivadas por racismo, sexismo, homofobia, transfobia e capacitismo e realizar centenas de cursos sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos. No momento, com a extinção da SECADI e a situação política atual, não se sabe se essas políticas do governo Dilma se efetivarão como políticas de Estado no governo Temer, pois elas vêm sendo reduzidas e criminalizadas por diversos grupos conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

## RESUMO

O Brasil é o quinto na lista de países com alto número de feminicídios e o primeiro em transfeminicídios. Em média, por ano, cinco mil mulheres são assassinadas no país, a maioria pelos seus parceiros ou ex-parceiros, e cinquenta mil mulheres são violentadas sexualmente. Se já não bastassem as violências sofridas, as mulheres brasileiras também têm que encarar salários 30% inferiores aos dos homens e enfrentar jornadas duplas ou triplas de trabalho, porque delas são exigidas a manutenção da casa e a educação dos filhos. Negar que há assimetria nas relações de gênero é atrasar soluções de combate às violências e desigualdades sociais. É neste sentido, portanto, que este Trabalho de Conclusão de Curso defende a importância de incluir, nos planos de ensino, atividades que problematizem a naturalização dos papéis sociais atribuídos aos sexos e propõe uma sequência didática para o terceiro ciclo do Ensino Fundamental que permita, aos alunos, compreender os termos sexo e gênero, refletir sobre os estereótipos de gênero aos quais estão expostos, entender como esses estereótipos são motivadores de violências de gênero e pensar em estratégias para se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-chave:** desigualdade de gênero; violência doméstica; gênero e diversidade na escola.

## ABSTRACT

Brazil has reached the fifth position on the list of countries that reported alarmingly high levels of femicides, it also has reached the first place in transfemicides. There are about five thousand women who have been murdered on the country per year, most of them have been killed by their intimate partners or ex-partners. Besides that, there are about fifty thousand women who are sexually abused. Brazilian women also earn thirty percent less than men in virtually every single occupation. In addition, women work harder than men, most of them have full-time or part-time employment outside of the home or even a second job, then they come home and do more of the house work than their partners women are in charge of raising the kids. Denying there have been serious asymmetry in gender relations will give us nothing but a backwardness in resolutions to fight against violence and social inequalities. All things considered, this Final Paper suggests the importance of including activities in teaching plans that discusses the naturalization of the social roles attributed to the genres, proposing a didactic sequence to be taught for Middle School students. The main point is making teenagers understand the difference between the terms sex and gender, pondering on the gender stereotypes which they have been exposed to. Teenagers should realize how those stereotypes have been motivated people to gender violence and come up with strategies to build a more equal and fair society.

**Keywords:** gender inequality; domestic violence; sexual and gender diversity at school.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	15
2.1 GÊNERO, SEXO E VIOLÊNCIA .....	15
2.1.1 Identidade de gênero, diversidade sexual e escola .....	21
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	27
3.1 QUESTÕES DE GÊNERO E O EIXO USO-REFLEXÃO-USO .....	29
3.1.1 Primeiro desafio: distinguir sexo e gênero .....	29
3.1.2 Segundo desafio: problematizar os papéis de gênero .....	30
3.1.3 Terceiro desafio: gênero e desigualdade social .....	33
3.1.4 Quarto desafio: gênero e violência .....	34
3.2 PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE .....	34
<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	36
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37

## 1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil, nos últimos cem anos, é fortemente marcada pela busca de igualdade social. Foi nesse intervalo de tempo que surgiram vários movimentos sociais com o objetivo de garantir igualdade de oportunidades a toda a população. Movimentos étnico-raciais, movimentos de pessoas com deficiências, movimentos feministas e movimentos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) são alguns dos exemplos de iniciativas que emergiram nesse período.

Nas últimas décadas, especialmente, o país tem discutido a assimetria presente nas relações humanas como barreira à garantia de igualdade social, assimetria proveniente da falta de reconhecimento dos diferentes sujeitos – e suas variadas necessidades – que constituem os diversos agrupamentos humanos, o que evidencia a urgência de a sociedade reavaliar os padrões pouco flexíveis a que expõe os seus indivíduos. Essa discussão já tem repercutido positivamente se forem consideradas algumas ações como a criação do Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos LGBT, a elaboração dos Estatutos da Pessoa com Deficiência<sup>1</sup> e da Igualdade Racial<sup>2</sup> e a formação da Lei Maria da Penha<sup>3</sup>, porém essas iniciativas refletem os anseios apenas de parte da população brasileira, daqueles que, historicamente, têm sofrido a opressão de uma sociedade que ainda tem características machistas, racistas, etnocêntricas e heteronormativas: mulheres, população negra, indígena e LGBT. E como não há unanimidade na vida social, é preciso lembrar que muitas das exigências estabelecidas em leis e convenções, na prática, encontram muitas dificuldades para serem cumpridas, o que significa dizer que ainda há muitas batalhas para vencer. É nesse sentido, portanto, que o Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) foi concebido, o qual surge como “uma experiência inédita de formação de profissionais de educação a distância nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais” (HEILBORN; ROHDEN, 2009, p. 11). E tem como objetivo principal proporcionar, aos profissionais da educação, um aprofundamento teórico nas

---

<sup>1</sup> Lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

<sup>2</sup> Lei de nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

<sup>3</sup> Lei de nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

referidas temáticas para que estes possam se instrumentalizar no combate às violências que perpassam o cotidiano escolar<sup>4</sup>.

No âmbito nacional, o GDE se estabeleceu como uma iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Secretaria de Educação a Distância, British Council e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (FREIRE; SANTOS; HADDAD, 2009). No estado, a título de Especialização, o GDE tem sua primeira turma iniciada em 2015, pela Universidade Federal de Santa Catarina, com aulas a distância e presenciais, promovidas pelo Instituto de Estudos de Gênero e ministradas através dos polos: Concórdia, Praia Grande, Itapema, Laguna e Florianópolis.

Todas as temáticas inerentes ao curso são abordadas de forma a estimular as turmas a aprimorarem o olhar que projetam sobre as práticas sociais, sobretudo as escolares, com o intuito de identificar os diferentes mecanismos de opressão que auxiliam na manutenção das desigualdades. Ademais, os cursistas são provocados a analisarem as suas próprias práticas, os seus discursos, de forma a se perceberem como parte de todo um sistema de discriminação e preconceito para que, identificadas as suas falhas, possam repensar suas ações de forma a melhorá-las e contribuir com seus pares nos seus respectivos ambientes de trabalho.

Assim sendo, com base na minha própria experiência como profissional da educação, na rede pública e particular de ensino, na cidade de Joinville, e com a ajuda do GDE, posso arriscar dizer que as escolas da cidade reproduzem ainda muitos dos preconceitos que permeiam a sociedade e que são poucas as escolas e profissionais que se disponibilizam a discutir, em sala de aula, gênero e sexualidade, menos ainda são os que o fazem de forma sistematizada, pois a palavra gênero, em muitas práticas, aparece como um apêndice, um assunto extra de menor importância.

Em Joinville, especificamente, essa inércia da educação em relação a gênero, sexualidade e diversidade pode ser resultado, basicamente, da falta de conhecimento dos profissionais da área sobre as teorias desse campo, muitos professores e gestores escolares não tiveram, em sua graduação, um aprendizado efetivo sobre os estudos de gênero, pois as universidades que oferecem cursos de

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://ead.ufsc.br/generoediversidadenaescola/sobre/>>.

licenciatura na cidade não têm, em suas matrizes curriculares<sup>5</sup>, componentes destinados puramente a estudos de gênero; outro ponto a se considerar é que, na cidade, tanto a Secretaria Municipal quanto a Estadual de Educação não têm ofertado, nos últimos anos, cursos, treinamentos ou capacitações que possibilitem discutir práticas pedagógicas relacionadas a esse tema. Além disso, em conversa informal com colegas de profissão, frequentemente, ouço que muitos deles se veem acuados devido a certo furor que a palavra gênero tem despertado na sociedade. Equivocadamente, os importantes estudos de gênero têm sido tachados, por grupos religiosos com posições moralmente conservadoras e ideias fundamentalistas, de “ideologia de gênero”, a qual nada mais é que uma distorção desses estudos, em que se tem a ideia de que falar de gênero é negar a existência do sexo biológico. É comum, por exemplo, encontrar textos circulando pelo mundo virtual que expõem interpretações errôneas da icônica frase de Simone de Beauvoir, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”<sup>6</sup>. Para internautas conceitualmente desinformados, essa frase denota que ninguém nasce fêmea, torna-se; interpretação que mostra a comum indissociação das palavras fêmea e mulher, o que é motivo suficiente para muitas pessoas acreditarem na ideia de que o todo que constitui cada ser é determinado unicamente pelas informações biológicas de cada sexo, ou seja, as expressões (fala, vestimenta, gesto, olhar, etc.), o comportamento (ativo/passivo, violento/pacífico, bruto/delicado, racional/emotivo, etc.), os desejos, as relações, todas são naturais quando de acordo com determinado sexo; quando não, é aberração, é disforia, é pecado, é ideologia.

Segundo Tatiana Lionço (2014), no Brasil, a expressão “ideologia de gênero” ganhou fama a partir da publicação do livro “Ideologia de Gênero – neototalitarismo e a morte da família”, escrito pelo argentino, Jorge Scala. Para explicar o uso do termo “ideologia”, o autor apresenta a ideia de que a distinção entre sexo e gênero (atribuindo, a um, os aspectos biológicos e, ao outro, a construção social em torno do sexo) é um fundamento falso, sem base empírica, pois, segundo o autor<sup>7</sup>, há, no ser humano, vocações que são naturalmente determinadas pelos sexos, e que negar isso é negar fatos como: “A mulher é a mãe, ou seja: o amor incondicional e que sempre está presente. O varão é o pai, ou seja: a autoridade, o amor que põe

<sup>5</sup> Foram acessados, no dia 25 de novembro de 2016, os sites das duas universidades que mais formam professores em Joinville: “univille.edu.br” e “aupex.com.br”.

<sup>6</sup> Frase que abre o primeiro capítulo do segundo volume do Livro “O segundo sexo” (1967).

<sup>7</sup> Em entrevista ao site zenit.org, no dia 31 de janeiro de 2012.

limites e condições, para tirar o melhor de si de cada um”. Já para explicar a expressão “neototalitarista”, o autor acusa os teóricos de gênero de estarem impondo sua ideologia sem que haja debate, e o autor utiliza como exemplo a medida tomada pela Organização das Nações Unidas (ONU) de exigir, dos países que a compõem, programas que tratem questões de gênero, o que motivou a União Europeia e o Banco Mundial a incluírem, como critério para liberação de empréstimos, ações voltadas para a diminuição das desigualdades de gênero. E por último, para esclarecer o uso da sentença “a morte da família”, o autor alega que a liberdade de expressão de gênero, de identidade e orientação sexual defendida pelos estudos de gênero é uma ameaça à família tradicionalmente considerada ideal, aquela formada por pai, mãe e filhos, todos heterossexuais e cisgêneros. Segundo o autor, as pessoas não são e não devem ser livres a ponto de romper com as vocações determinadas pelos sexos e por Deus.

Outra referência amplamente divulgada na internet para caracterizar os estudos de gênero como ideologia é um documentário norueguês<sup>8</sup>, intitulado, no Brasil, como “O paradoxo da igualdade”, produzido pelo sociólogo e ator Harald Eia, que apresenta dados de pesquisas que indicam que há diferenças inatas nos comportamentos masculinos e femininos. O que explicaria, segundo o documentário, a preferência das mulheres por profissões ligadas às ciências humanas e biológicas, e dos homens, às ciências exatas seriam os diferentes níveis de testosterona produzidos: quanto maior for o número de testosterona, menor será a capacidade para a empatia e isso seria uma barreira ao ingresso de homens em profissões rotuladas femininas como Enfermagem por exemplo. Porém as pesquisas apresentadas no documentário não descartam a influência da cultura nos comportamentos masculinos e femininos, informação ignorada na maioria dos *sites* em que o documentário é utilizado como referência contra os estudos de gênero.

Diante da ideia de “Ideologia de gênero”, quem se propõe a discutir a indissociação entre sexo e gênero é visto como um problema, como alguém que quer romper a ordem natural da humanidade; que têm o propósito de “transformar” as crianças em homossexuais e transexuais; que quer fomentar a luta entre classes, como plano de governos marxistas cujo objetivo é dividir para conquistar; e que,

---

<sup>8</sup> O documentário está disponível no *site* “youtube.com”.

como é ouvido e lido em alguns comentários pelas redes sociais, obedece a um grande plano do Diabo.

Sendo assim, os planos municipais e estaduais de educação têm encontrado resistência da sociedade na inserção da palavra gênero em seu conteúdo. Em Santa Catarina, cidades como Florianópolis e Joinville tiveram seus planos aprovados sem nenhuma menção a questões de gênero, dissonando da última versão da Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC/2014), a qual tem um caderno inteiro reservado a reflexões sobre diversidade. Atualmente, o Plano Nacional de Educação não menciona claramente questões de gênero, mas não as proíbe em sala de aula, em função disso, tramita, na câmara dos deputados, um projeto de lei (PL 3235/2015) de autoria do pastor Marco Feliciano que propõe o acréscimo, no Estatuto da Criança e do Adolescente, do artigo 234-A, o qual prevê pena de 6 meses a 2 anos de detenção a quem:

Veicular a autoridade competente, em atos normativos oficiais, em diretrizes, planos e programas governamentais, termos e expressões como 'orientação sexual', 'identidade de gênero', 'discriminação de gênero', 'questões de gênero' e assemelhados, bem como autorizar a publicação dessas expressões em documentos e materiais didático-pedagógicos, com o intuito de disseminar, fomentar, induzir ou incutir a ideologia de gênero (PL 3235/2015).

Considerando as minhas experiências escolares vividas até aqui, posso ousar a dizer que, medidas como essa, surpreendentemente, também são apoiadas por quem atua na educação, o debate raso é corroborado por professores e gestores escolares que não se propõem a entender as implicações oriundas das palavras gênero e sexo e por muitos outros que não têm a intenção de se destituir de preconceitos, o que é inaceitável a quem se dedica fazer educação.

É, portanto, graças à ignorância de alguns e à falta de empatia de outros (talvez em função de limitações impostas pelos meios de gestão), que o estudo de gênero e sexualidade fica em segundo plano nas atividades escolares e se resume, muitas vezes, a educação sexual para prevenção de gravidezes e doenças sexualmente transmissíveis, além de ser comumente reservado para as aulas de Biologia e Ciências quando deveria ser abordado de diversas formas, sob diferentes olhares, com o apoio das diferentes áreas do saber, porque as ciências biológicas sozinhas não explicam toda a complexidade do ser humano. Não se consegue, por exemplo, entender as relações de gênero e sexualidade sem que estes conceitos também sejam historicizados e analisados como construções sociais que precisam

ser problematizadas e reelaboradas por meio de novos parâmetros, novas linguagens e novos discursos.

Desse modo, como contribuir para o entendimento da comunidade escolar de que temas como gênero e sexualidade podem e devem estar inseridos também nas práticas pedagógicas de diversas disciplinas como componente curricular?

Entendendo a urgência de inserir e ampliar, no cotidiano escolar, as discussões acerca de gênero e sexualidade, propõe-se, neste Trabalho de Conclusão de Curso, pensar uma sequência didática, para as aulas de Língua Portuguesa, no terceiro ciclo do Ensino Fundamental, em que seja possível os alunos se imaginarem pertencendo a um gênero diferente daquele com o qual têm sido historicamente identificados para promover reflexões acerca das desigualdades de gênero e provocar rupturas nas resistências familiares e governamentais quanto a garantir a inserção e permanência dos temas gênero e sexualidade nos planos de ensino.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 GÊNERO, SEXO E VIOLÊNCIA

Gênero e sexo não são sinônimos. Essa é uma afirmativa que causa certo estranhamento em um início de conversa, porque as pessoas passam boa parte de suas vidas lendo o mundo em dois capítulos, o delas e o deles. Já na fase inicial do processo de desenvolvimento da linguagem, aprende-se que o mundo das meninas é rosa e o dos meninos é azul, que as meninas devem brincar de bonecas e os meninos de carrinho, que as meninas devem se sentar de pernas fechadas e que os meninos não podem chorar, porque as meninas devem ser delicadas e os meninos fortes, e assim lista de diferenciação dos papéis que devem ser exercidos pelos sexos vai aumentando com a fase adulta. Quem deve trabalhar com mecânica? Quem deve trabalhar com moda? Quem deve trabalhar na educação infantil? Quem deve presidir uma organização? Quem fica em casa para cuidar das crianças? Quem deve pagar a conta? São muitas as restrições dadas aos sexos. Então se os papéis são delimitados desde sempre de acordo com os sexos é porque são naturais, não são? Não, não são.

O sexo é um dado biológico que define se um indivíduo é macho, fêmea ou hermafrodita, se tem pênis, vagina ou os dois; já o gênero é uma categoria construída socialmente que define se o mesmo indivíduo é homem, mulher ou transgênero, se tem um comportamento masculino, feminino ou os dois. Neste sentido,

os gêneros são constituídos como resultado de performances, ou seja, não tem existência em si, mas são realidades construídas a partir de contextos que são naturalizados, mas que são processuais e contingentes [...] os gêneros são construídos através de atos que são continuamente reiterados socialmente, por exemplo, com a atribuição de nomes e termos a materialidade de características específicas do gênero, que constroem tecnologias e funcionamentos para o corpo a partir dessas denominações (*Apud* GROSSI; GARCIA; MAGRINI, 2015, p. 14).

Como comportamento masculino e feminino, pode-se pensar em várias características representativas que são determinadas historicamente, como por exemplo, o modo de se vestir e agir embora essas características sejam apenas “relativamente” estáveis, pois ser feminina não significa usar cor de rosa e salto alto, e ser masculina, usar cor azul e cabelo curto. Cada sociedade define essas características de acordo com as suas necessidades, as quais se transformam ao longo do tempo. Essa mudança é uma dimensão política e social do gênero,



pensada também como uma série de construções adaptadas a cada contexto, por exemplo, sabe-se que os machos mamíferos produzem mais testosterona que as fêmeas, informação biológica determinada pelo sexo, e que a testosterona tem relação com o aumento da agressividade, porém, não é porque machos produzem quantidades maiores desse hormônio, que os homens são todos mais agressivos que as mulheres; utilizando o mesmo raciocínio, são as fêmeas mamíferas que engravidam (informação biológica), mas isso não significa que todas as mulheres queiram ou devam ser mães. A cultura a que o indivíduo está exposto indicará se os valores construídos socialmente serão priorizados em relação à biologia (PCSC, 2014).

Ora se as características e os papéis sociais são apreendidos e não desempenhados de forma instintiva, refletir, ao menos, sobre a desnaturalização desses papéis é um direito de todos, porque, por mais que se procure estabelecer padrões aos seres humanos, as pessoas não são iguais, cada indivíduo é único e diverso. As informações biológicas representam apenas parte do que constitui o ser humano, o qual pode ser definido como “geneticamente social” (PCSC, 2014, p. 35), porque tem a necessidade de viver em contato com outros seres, não somente no sentido de sobrevivência ou perpetuação da espécie, mas para dar sustento a sua própria subjetividade, cada pessoa se constrói em suas relações com o outro, as quais deixam marcas que são carregadas, consciente ou inconscientemente, para vida toda, porque passam a ser constituintes do próprio ser. Nesse sentido, é importante destacar que falar de igualdade não significa falar de padronização de pessoas, não se pretende, ao discutir igualdade de gênero, moldar pessoas de forma que sejam ou comportem-se de maneiras iguais, não se pretende também negar as informações biológicas, ignorar que há diferenças naturais entre os sexos, o que se pretende, ao falar de igualdade de gênero, é falar de igualdade de oportunidades, pois, como dito anteriormente, não há simetria nas relações humanas, certos perfis humanos carregam vantagens em detrimento de outros, os papéis sociais são marcados por injustiças. Injustiça que, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998, p. 322),

historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero.

É difícil negar que ser menina no Brasil é desde muito cedo ter que aprender a ser esposa, mãe e doméstica enquanto o irmão aprende a ser herói e achar essa diferenciação normal. É ter que fazer as tarefas escolares à noite, não por desleixo, mas porque este é o único turno disponível. É ter que levar o irmão mais novo para a casa das amigas quando se tem um trabalho em grupo a fazer. É ter que tentar tirar notas boas mesmo com todas as adversidades. É tentar não deixar de sonhar com uma profissão que possibilite a sua emancipação, que lhe proporcione autonomia e protagonismo quando se sabe que estes são dificultados em diversos aspectos.

Conforme um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID<sup>9</sup>, “o Brasil apresenta um dos maiores níveis de disparidade salarial. No país, os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução”. Paradoxalmente, segundo o mesmo estudo, o número de mulheres que criam sozinhas seus filhos é de 15% contra 2% para homens. Mesmo que as mulheres estejam cada vez mais presentes no mercado de trabalho, em muitas famílias, a renda proveniente do trabalho feminino, em função da desigualdade salarial entre gêneros, ainda é recebida como um complemento e não como uma parcela igualitária. Muitas mulheres, além de trabalharem formalmente, são responsabilizadas pelas tarefas do lar (trabalho informal), o que dificulta o aperfeiçoamento profissional, pois o tempo que deveria ser reservado à qualificação profissional, para uma possível progressão salarial, acaba sendo interrompido por atividades domésticas, como lavar, passar e cozinhar, que, na maioria das vezes, não são divididas com os seus cônjuges e familiares, porque muitos homens ainda acreditam que as mulheres são as únicas responsáveis pelas tarefas do lar.

De 2012 a 2016, atuando como professora de turmas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), as quais eram compostas por alunos, formados ou formandos, da rede pública, foi possível perceber que um dos principais motivos que ocasionavam a evasão das alunas, segundo seus próprios depoimentos, era a sobrecarga de trabalho. As estudantes que ainda estavam cursando o Ensino Médio e não trabalhavam formalmente alegavam que não conseguiam conciliar as atividades da escola e as atividades do curso técnico. A princípio, essa justificativa pode parecer infundada já que elas não trabalhavam formalmente, mas se fosse investigada a rotina de cada uma, certamente, seria

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>>

identificado o trabalho doméstico como um impeditivo, porque essa informação era facilmente percebida nas falas cotidianas das alunas, porém elas nunca apontavam os afazeres domésticos como tal, culpavam as escolas por exigirem demais, e a si mesmas por não conseguirem cumprir com todos os seus compromissos. Elas ainda não percebiam o quanto a rotina doméstica tomava o tempo delas. Quanto às alunas que já tinham finalizado o Ensino Médio e já trabalhavam formalmente, o motivo das desistências era sempre o cansaço da jornada de 12h (8h trabalhando e 4h estudando), quando interrogadas sobre o que faziam no final de semana, elas respondiam que tinham que limpar a casa e cuidar da família. Algumas alunas desistiam do curso, porque não tinham com quem deixar os filhos, outras porque o companheiro é ciumento. E quase todas trocavam o curso técnico por uma graduação a distância, o que pode ser confirmado se analisados os dados do último Censo de Educação a Distância, realizado em 2015, pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED, 2015), o qual revela que as mulheres correspondem a maior parte das matrículas nessa modalidade, chegando a ultrapassar a casa dos 60% (2015). Em contrapartida, os motivos pelos quais os alunos desistiam não evidenciavam questões de gênero, eles alegavam, na maioria dos casos, desistir por não se identificarem com a área de estudos.

Nesse período de atuação na educação profissional, foi possível compreender que quase todas as razões pelas quais as alunas desistiam de se profissionalizar perpassavam questões de gênero. Além da jornada dupla de trabalho, as alunas se deparavam com preconceitos quanto às suas capacidades profissionais, muitas alunas desistiam de continuar no Técnico em Mecânica ao perceberem que o mercado de trabalho não oferece uma igualdade de oportunidades. Elas se decepcionavam quando as empresas as contratavam como estagiárias de mecânica, mas para atuarem como recepcionistas quando deveriam estar elaborando e executando projetos mecânicos. Houve ainda os casos em que as alunas foram impedidas, pelos próprios pais, de escolherem um curso com o qual tinham afinidade por eles julgarem não ser, esta ou aquela, uma profissão que meninas possam desempenhar, porque muitos deles acreditam que as meninas são mais emotivas e os meninos são mais racionais e que, por isso, algumas profissões são restritivas. Restrição motivada, talvez, pela má interpretação dos dados de pesquisas a que se tem acesso, como em 2013, que os noticiários brasileiros divulgaram que os meninos são melhores com números e as meninas, com as

palavras, acentuando a diferenciação das capacidades de cada gênero com base na divulgação dos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA, 2012). Porém essa é uma afirmativa que revela mais sobre a educação a que estão submetidos os estudantes que sobre as suas capacidades, pois é importante lembrar que desde cedo, meninas são submetidas a atividades que exigem zelo, capricho e leitura do mundo, como cuidar das bonecas e acompanhar a mãe nas compras do supermercado, enquanto os meninos são submetidos a atividades que exigem raciocínio lógico, como brincar de desmontar e montar o carrinho e brincar como jogos eletrônicos, o que permite dizer que, além do mercado de trabalho, os pais e as mães também são responsáveis pelas desigualdades de gênero.

O peso da cobrança pela delicadeza e beleza feminina em contraposição à força e ao intelecto pode ser observado no poema de Cora Coralina, *Aquela Gente Antiga II*:

Aquela gente antiga explorava a minha bobice./ Diziam assim, virando a cara como se eu estivesse distante:/ "Senhora Jacinta tem quatro fulores mal falando./ Três acham logo casamento, uma, não sei não, moça feia num casa fácil."/ Eu me abria em lágrimas. Choro manso e soluçado.../ "Essa boba... Chorona... Ninguém nem falou o nome dela..."/ Minha bisavó ralhava, me consolava com palavras de ilusão:/ Sim, que eu casava. Que certo mesmo era menina feia, moça bonita./ E me dava a metade de uma bolacha./ Eu me consolava e me apegava à minha bisavó./ Cresci com os meus medos e com o chá de raiz de fedegoso,/ prescrito pelo saber de minha bisavó./ Certo que perdi a aparência bisonha. Fiquei corada/ e achei quem me quisesse./ Sim, que esse não estava contaminado dos princípios goianos,/ de que moça que lia romance e declamava Almeida Garrett/ não dava boa dona de casa.

E no texto da Adélia Prado, *A Serenata*, o qual, por sua vez, acrescenta que a idade, segundo o pensamento machista, é um fator limitador para o casamento:

Uma noite de lua pálida e gerânios/ ele viria com boca e mãos incríveis/ tocar flauta no jardim./ Estou no começo do meu desespero/ e só vejo dois caminhos:/ ou viro doída ou santa./ Eu que rejeito e exprobro/ o que não for natural como sangue e veias/ descubro que estou chorando todo dia,/ os cabelos entristecidos,/ a pele assaltada de indecisão./ Quando ele vier, porque é certo que vem,/ de que modo vou chegar ao balcão sem juventude?/ A lua, os gerânios e ele serão os mesmos/ — só a mulher entre as coisas envelhece./ De que modo vou abrir a janela, se não for doída?/ Como a fecharei, se não for santa?

Embora Cora Coralina (1889-1985) e Adélia Prado (1935) tenham nascido em épocas diferentes, num intervalo de quase meio século, os textos das duas escritoras brasileiras mostram como as restrições do passado deixaram suas marcas por gerações, e o desafio agora é evitar que essas mesmas marcas se perpetuem.

A sociedade atual ainda cria meninas para ter no casamento o seu único objetivo de vida, cria meninas para serem dependentes economicamente de seus parceiros e essa dependência é um dos motivos que fazem muitas mulheres

permanecerem em relações afetivas violentas. A dependência econômica e a preocupação com a criação dos filhos desencorajam mulheres a romperem com situações de violência doméstica (SENADO FEDERAL, 2015). O número de homicídios de mulheres, contraditoriamente, tem aumentado no Brasil após a criação da lei Maria da Penha (WAISELFISZ, 2013) e este aumento se deve, principalmente, ao fato de as mulheres terem medo de sofrer represálias dos agressores (74% das entrevistadas), pois uma vez feita a denúncia, esta não poderá ser retirada (SENADO FEDERAL, 2015). Somente em 2013, no Brasil, houve 4.762 homicídios de mulheres, o que apresenta uma média de 13 mulheres mortas diariamente (WAISELFISZ, 2015). O número de mulheres assassinadas no Brasil é muito inferior ao número de homens assassinados, a vitimização feminina representa 8% dos casos de homicídios no país, porém os homens estão matando uns aos outros por dinheiro (as cidades em que o número de homicídios masculinos ultrapassa 100 a cada 100 mil mortes são precisamente as cidades em que o tráfico de armas, de terras e de drogas é facilitado) enquanto as mulheres estão sendo mortas por serem mulheres, pois 70% das mulheres com faixa etária entre 30 e 40 anos são mortas pelos cônjuges ou ex-cônjuges (WAISELFISZ, 2014) por serem mulheres vivendo em uma sociedade machista, que acredita que a mulher deve obediência e submissão ao homem, uma sociedade que aceita a infidelidade masculina, mas não aceita a feminina, uma sociedade que controla o corpo feminino, uma sociedade que reserva à mulher a condição de objeto doméstico, o qual, quando deixa de combinar ou servir aos objetivos de seu dono, é jogado fora, às vezes, inteiro, às vezes, aos pedaços, mas raramente libertado.

A taxa de homicídio de mulheres no Brasil, de acordo com o Lima e Bueno (2015), fica em 4,8 para cada 100 mil, o que confere, ao país, a quinta posição na lista de feminicídios (ONU BRASIL, s.d). O Brasil ainda poderia subir algumas posições no *ranking* se fossem consideradas também as mortes de mulheres transexuais, de transgêneros e de travestis, pois, no país, é onde se encontra o maior número de transfeminicídios, os quais não são contabilizados no número de mortes de mulheres, porque o que se leva em conta nos registros de óbito é o sexo atribuído no nascimento (BENTO, 2014). A violência contra a mulher atinge números ainda mais assustadores quando o assunto é crime sexual. No Brasil, em 2014, a cada 11 minutos, uma mulher foi violentada, totalizando 47.646 estupros no país, e

esse número não representa 100% dos casos, pois se considera que apenas 35% desses são notificados (LIMA; BUENO, 2015).

Apesar de os movimentos feministas, desde que surgiram, no final do século XIX, terem garantido, às mulheres brasileiras, direitos que, provavelmente, jamais lhes serão retirados, como votar, ser votada e trabalhar, a principal mudança ainda caminha a passos lentos: acabar com a violência de gênero, a qual, a partir de 1970, em todo o mundo, tornou-se a pauta vital dos movimentos feministas (WOLF, SILVA e PEDRO, 2015), incluindo a exigência dessa temática nas discussões escolares, contrapondo o que vem ocorrendo nos planos de ensino.

### **2.1.1 Identidade de gênero, diversidade sexual e escola**

A escola para muitos pode ser um espaço de formação de identidade e promoção da cidadania, mas, para alguns (ou muitos?), pode ser um espaço de negação da própria identidade e prostração da cidadania. Um dia de observação já seria capaz de revelar as relações conflituosas estabelecidas no cotidiano escolar, onde as diferenças não são respeitadas como deveriam ser. As alunas e alunos que não se encaixam nos padrões determinados pela sociedade têm muito mais dificuldade para asserção que os demais, pois há sempre quem compare um em detrimento do outro.

O modo binário de pensar tenta, a todo custo, separar as pessoas em 2 grupos: ou se é “isto” ou “aquilo”, os que optam em transitar pelos 2 lados estão sujeitos a reprimendas que se iniciam muito cedo, antes até de eles mesmos perceberem que há essa divisão. A reprodução de estereótipos de gênero é facilmente percebida, desde a educação infantil: em muitos dos centros de educação infantil, ainda se vê meninos serem tachados de homossexuais por gostarem da cor rosa, por quererem brincar de bonecas e loucinhas. Certamente essas práticas não aparecem nos relatórios, pois o discurso oficial da educação é de que ela seja libertadora, mas que liberdade é essa se, aos alunos, são proibidas até manifestações de carinho, como um beijo no rosto? Não é raro, encontrar professores que proíbem meninos de trocarem afetos. Por que há essa insistência em proibir a afetividade entre pessoas do mesmo gênero?

Desde que, há muito tempo, passou-se a questionar essa proibição, as respostas aparecem de forma diversificada, algumas pessoas buscam argumentos

na biologia, como a necessidade de haver um macho e uma fêmea para a reprodução e perpetuação da espécie, o que revela a equivocada ideia de que as relações humanas se estabelecem somente com o intuito de procriação. Porém a maioria das pessoas que são contrárias a homoafetividade se funda mesmo em dogmas religiosos, entendendo “A heterossexualidade como ‘única forma de chegar a Deus’ e o matrimônio heterossexual como ‘o verdadeiro par’” (WELTER; CANDIDO, 2015, p. 18).

Levianamente, a homoafetividade, às vezes, é apontada, na escola, como explicação para a indisciplina, é comum, em conselhos de classe, professores associarem um comportamento negativo à orientação sexual do estudante. Qual seria a relação entre a homoafetividade e a indisciplina? Como uma explicaria a outra? Talvez os alunos estejam cansados de verem sua condição ser desrespeitada e isso esteja motivando comportamentos de rebeldia e de insubordinação “como alternativas para fugir da pedagogia do armário” (WELTER; CANDIDO, 2015, p. 18), pois, segundo os referidos autores (2015, p. 18),

As pesquisas apontam que toda forma de discriminação interfere nas expectativas de sucesso e rendimento escolar; produz intimidação, insegurança, estigmatização, segregação, isolamento; estimula a simulação para ocultar a diferença; gera desinteresse pela escola; produz abandono e evasão, tumultua o processo de configuração e expressão identitária, levando inclusive a tentativa de suicídio.

Foi diante dessa realidade que forçosamente é distorcida e omitida, que, no Brasil, segundo Graupe e Bragagnollo (2015), com o fim da ditadura militar, na década de 80, e a redemocratização da sociedade brasileira, a população passou a exigir direitos sociais e individuais, os quais incluíam questões de gênero e sexualidade como forma de combater as desigualdades e buscar o fim da discriminação. Porém foi após a Conferência do Cairo (Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994), e a pressão de movimentos de mulheres (que culminaram na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em 1995), que o governo de Fernando Henrique Cardoso retomou a discussão, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), a qual, na seção III do Ensino Fundamental, inciso IV, determina que a escola garanta “o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”, que o ensino garanta “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (artigo 3º, inciso I) e “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (inciso IV). Com o surgimento da LDB,

outros documentos regulamentadores da educação no Brasil foram elaborados, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais determinam que a comunidade escolar problematize também os papéis de gênero, que discutam as relações de poder geradoras de desigualdades sociais (PCN, 1998). No tocante à sexualidade, os PCNs (1997) instituem que a escola transmita informações científicas atualizadas para que os alunos possam discutir sobre os valores que são refletidos nas suas práticas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais também reafirmam a necessidade de problematizar a orientação sexual, incorporando-a como tema transversal, pois as diferenças não podem ser um obstáculo ao “cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento” (PCN, 1997, p. 63) para o desenvolvimento e socialização de todos os estudantes. Nesse sentido:

No contexto atual, a inserção no mundo do trabalho e do consumo, o cuidado com o próprio corpo e com a saúde, passando pela educação sexual, e a preservação do meio ambiente são temas que ganham um novo estatuto, num universo em que os referenciais tradicionais, a partir dos quais eram vistos como questões locais ou individuais, já não dão conta da dimensão nacional e até mesmo internacional que tais temas assumem, justificando, portanto, sua consideração. Nesse sentido, é papel preponderante da escola propiciar o domínio dos recursos capazes de levar à discussão dessas formas e sua utilização crítica na perspectiva da participação social e política (MEC/SEF, 1997, p. 27).

Segundo Vianna (2012), os PCNs são considerados a primeira iniciativa do governo em prol da temática Gênero e diversidade na escola, mas foi no governo Lula, já na primeira gestão (2003-2006), que a diversidade foi reconhecida a partir da criação de várias secretarias como: Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM), Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). No campo específico do Ministério da Educação, fundou-se a Secretaria de Inclusão Educacional (SECRIE) e a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA). De acordo com a mesma autora, em 2003, foi implantado o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, com enfoque no debate sobre prevenção das DST/AIDS, o qual atendia estudantes de 10 a 24 anos, matriculados em escola públicas do ensino Fundamental e Médio. Em 2005, o Projeto SPE foi reformulado e passou a estimular a reflexão sobre saúde reprodutiva, direitos humanos e cidadania. O Guia para a formação de profissionais de saúde e educação aborda relações de gênero, sexualidade e orientação do desejo sexual. Quanto às relações de gênero, as atividades sugeridas têm como finalidade:



Propiciar condições para que os participantes possam explorar as distinções entre sexo e gênero, reconhecendo as dimensões históricas e culturais desses conceitos; Fomentar a reflexão sobre os estereótipos de gênero; Promover a reflexão e o debate sobre o papel da escola e dos serviços de saúde na promoção da equidade entre os gêneros; Propiciar condições para que os participantes possam identificar e reconhecer mensagens explícitas ou implícitas sobre os gêneros e sobre as relações de gênero, nas comunicações orais e escritas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p. 42).

Quanto à sexualidade, pretende-se:

Oferecer subsídios para o debate e a apropriação de conceitos relacionados à sexualidade; Estimular a identificação das dimensões biológicas, afetivas e socioculturais das expressões da sexualidade na vida pessoal e social; Fomentar o respeito à diversidade humana nas formas de expressão dos desejos sexuais; Propiciar a identificação de possibilidades e limites do trabalho educativo no campo da sexualidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p. 54).

Quanto à orientação do desejo sexual, espera-se que os alunos possam:

Reconhecer e refletir sobre a diversidade humana quanto aos desejos e manifestações afetivosexuais; Identificar e questionar as manifestações de homofobia em nossa sociedade; Estabelecer diferenças entre a educação para a vivência prazerosa e responsável da sexualidade e a expectativa de influenciar a orientação sexual do desejo das pessoas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p. 57).

E especificamente à homossexualidade: intenciona-se que os alunos consigam “Refletir criticamente sobre o tratamento dado a pessoas homossexuais na comunidade escolar e nos demais espaços de convivência social; Mobilizar-se para o respeito à diversidade sexual humana” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p. 61).

Em 2004, a Secrie e a Seea se uniram, dando origem a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) na tentativa de vincular as ações de inclusão social à valorização da diversidade, inserindo na agenda governamental temas e sujeitos antes excluídos. A Secad foi a responsável pela organização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e do Programa Brasil sem Homofobia (VIANNA, 2012). O Programa Brasil Sem Homofobia prevê formação inicial e continuada de professores, avaliação de livros didáticos, produção de materiais educativos, estímulo à pesquisa e difusão de conhecimentos que combatam à violência e à discriminação de LGBT (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004). Segundo Joca (2008), a Secad/Mec promoveu a incorporação de políticas de identidade e igualdade de gênero, bem como de orientação sexual, articulando os sistemas de ensino estaduais e municipais a: Conselho Nacional de Estado da Educação (CONSED); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Movimentos sociais e organizações da sociedade civil; Meios acadêmicos; Órgãos do setor

público nas diversas áreas do governo – federal, estadual e municipal; e órgãos internacionais. Suas medidas foram distribuídas em três eixos: planejamento, gestão e avaliação; acesso e permanência; formação de profissionais da educação.

Em 2006, iniciou-se o Programa Gênero e Diversidade na Escola, o qual prepara profissionais da educação para “o combate à misoginia, à homofobia e ao racismo, buscando um rompimento do ciclo de reprodução dessas desigualdades no ambiente escolar” (UNESCO, 2013, p. 10). Em 2007, por meio da parceria entre a SEDH, o Ministério da Justiça e a UNESCO, foi lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o qual se baseia no Plano Mundial de Educação em Direitos Humanos e também inclui ações para a Educação Básica e para as instituições de Ensino Superior (UNESCO, 2013) de respeito a todas as diferenças constituintes de cada indivíduo. Em 2008, a Conferência Nacional de Educação Básica<sup>10</sup> inseriu a temática Educação e Diversidade Sexual no eixo Inclusão e Diversidade na Educação Básica, tendo como desafio possibilitar aos excluídos uma formação de qualidade. E na mesma linha de raciocínio, a Proposta Curricular de Santa Catarina, versão 2014, evidencia que para garantir o direito à educação, é preciso proibir qualquer tipo de exclusão, seja de caráter étnico-racial ou de orientação sexual (GRAUPE; BRAGAGNOLLO, 2015).

Uma das grandes conquistas permitidas a partir desses documentos foi a exigência de se respeitar e utilizar em todas as atividades escolares o nome social do aluno, o qual se diferencia do nome civil (certidão de nascimento). Em Santa Catarina, desde 2009, as escolas são obrigadas, ao efetuar a matrícula de alunos e alunas transgêneros, a inserirem também o nome social, o qual prevalecerá sobre o nome civil, exceto na emissão de diplomas (CEE/Resolução nº 132, 2009).

Conforme Graupe e Bragagnollo (2015), para combater quaisquer formas de discriminação à orientação sexual e à identidade de gênero, foi criado, em 2009, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, o qual previa que a temática LGBTTT fosse inserida nas atividades escolares com prazo para início em 2011. Porém, até agora, poucos resultados foram obtidos, pois, ao mesmo tempo em que parte da população tenta desconstruir velhos paradigmas, há aqueles que resistem a mudanças e não medem esforços para impedir que as metas estipuladas pelos referidos documentos

---

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conferencia\\_seb.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conferencia_seb.pdf)>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

sejam alcançadas. Em 2011, por exemplo, por pressão popular, a presidenta Dilma Rousseff vetou a distribuição do “kit de combate à homofobia”, o qual continha vídeos e cartilhas para auxiliar os professores na discussão sobre a diversidade sexual. Outro exemplo de rejeição popular (e hesitação dos governantes) ao respeito à diversidade sexual foi a substituição do Plano Nacional de Educação, elaborado em 2010, pelo PNE 2014, o primeiro frisava o direito à diversidade e exigia da escola ações afirmativas para evitar injustiças e permitir o acesso dos grupos historicamente perseguidos a todos os níveis de educação, e o segundo (2014-2024) ignora essas reivindicações (GRAUPE; BRAGAGNOLLO, 2015).

Cada vez mais surgem tentativas de cerceamento da liberdade de expressão em espaços formais públicos e privados, sobretudo nas escolas, para as quais, atualmente, há projetos que propõem a proibição de o professor emitir qualquer opinião em sala de aula. Ainda que a ideia de neutralidade da educação seja cativante, qualquer tentativa para esse fim pode trazer mais prejuízos que benefícios, pois não há discurso que seja neutro e tentar essa neutralidade é desperdício de competências. Um professor que tem uma opinião diferente da opinião dos alunos ou demais colegas de profissão pode levar a comunidade escolar a conhecer diferentes argumentos para um mesmo tema desde que a sua abordagem não seja unilateral, caso contrário, não se pode formar cidadãos críticos. Negar voz ao professor é negar voz ao aluno, pois o professor que não pode se posicionar não conseguirá mediar as informações de forma que o conhecimento se processe e provavelmente será ele que deixará de lado pautas importantes para o convívio social por não querer se indispor com a comunidade escolar, pois não é fácil combater desigualdades instituídas há séculos. Porém é preciso continuar lutando diariamente, seja em sala de aula, com atividades planejadas para esse fim e discussões inesperadas, ou fora dela, incentivando à participação e o acompanhamento das decisões que passam pelo legislativo. A escola é um espaço de transformação social e no dia em que a comunidade escolar estiver disposta a fazer uma leitura mais criteriosa das relações de gênero, as desigualdades certamente diminuirão.

### 3 METODOLOGIA

Gênero, sexo e diversidade são temas que podem ser trabalhados em qualquer idade, com diferentes abordagens, respeitando as necessidades da idade dos estudantes, todavia a presente proposta de sequência didática foi pensada essencialmente para alunos do 3º ciclo do Ensino Fundamental, sexto e sétimo ano, porque a faixa etária que corresponde a esse ciclo caracteriza justamente o início da puberdade, onze e doze anos, período em que ocorrem as transformações físicas que marcam o início da idade reprodutiva. Constitui-se por um período relativamente curto, de cerca de dois a quatro anos de duração, mas é nele que ocorrem as maiores transformações fisiológicas, psíquicas e sociais que assinalam a transição da infância para a idade adulta (LOURENÇO; QUEIROZ, 2010); é quando se aguça a curiosidade sobre temas relativos a sexo e gênero, quando se busca desesperadamente modelos que expliquem as incertezas e transformações pelas quais cada indivíduo está passando. Porém quando os modelos expostos não representam nem explicam a diversidade humana, o perigo de esses adolescentes se tornarem adultos cheios de insegurança, medo e preconceito é eminente, principalmente, quando as famílias têm medo e vergonha de falar sobre sexo e despreocupação em falar sobre gênero. Talvez as famílias tenham medo de falar sobre sexo, por não se sentirem preparadas para responder a perguntas que fogem de seus repertórios e por pensarem que assim estarão estimulando a sexualidade precoce. Talvez as famílias sintam vergonha de falar de sexo por saberem que, para isso, é preciso assumir que adultos o fazem por prazer e não somente para a reprodução e que é preciso abandonar o papel de “santos e assexuados” para que o diálogo ocorra com a mais naturalidade. Talvez as famílias não se preocupem em falar de gênero por não entenderem a importância de problematizar os papéis que a elas são impostos. É nessa lacuna, portanto, que a escola deve atuar, dando o subsídio científico e atualizado necessário as suas indagações. Por isso, é necessário incluir nos projetos de ensino, desde cedo, atividades que tenham o objetivo de discutir gênero e diversidade para que os alunos possam o quanto antes pensar nos modelos a que são expostos e questionar os discursos que ajudam a manter os mecanismos de desigualdade social.

A inclusão de temas como gênero, sexo e diversidade também pode e deve ser feita nos planos de ensino de todas as disciplinas. Nesta proposta de sequência

didática, o enfoque será dado às aulas de Língua Portuguesa, porém não nada impede de que seja utilizada por outras disciplinas com as devidas adaptações.

No ensino de Língua Portuguesa, as aulas devem ser organizadas de forma a privilegiar atividades que sejam pautadas no eixo uso-reflexão-uso, o que significa dizer que as aulas precisam ser ministradas com ênfase no uso da língua como instrumento de comunicação social e não no aprendizado da gramática exclusivamente (PCN, 1998), ou seja, a produção textual, escrita e oral, deve ser o ponto de partida e o fim da atividade e, nesse intervalo, analisam-se os aspectos semânticos e gramaticais exigidos pelo gênero textual em questão. A escolha dos gêneros textuais a serem trabalhados em cada etapa de ensino deve respeitar a maturidade linguística dos estudantes e a capacidade de interpretação dos temas que os cercam, porque:

Não há como separar o sujeito, a história e o mundo das práticas de linguagem. Compreender um texto é buscar as marcas do enunciador projetadas nesse texto, é reconhecer a maneira singular de como se constrói uma representação a respeito do mundo e da história, é relacionar o texto a outros textos que traduzem outras vozes, outros lugares (PCN, 1998, p. 40-41).

Nesse sentido, temas como gênero, sexo e diversidade, que exigem reflexão sobre os valores sociais e demandam o exercício de cidadania abrem muitas possibilidades para o uso e a reflexão da palavra, proporcionando inúmeras articulações com o ensino de Língua Portuguesa, como:

A possibilidade de poder expressar-se autenticamente sobre questões efetivas; a diversidade dos pontos de vista e as formas de enunciá-los; a convivência com outras posições ideológicas, permitindo o exercício democrático; os domínios lexicais articulados às diversas temáticas (PCN, 1998, p. 40).

Dos gêneros textuais indicados para o terceiro ciclo do Ensino Fundamental, os selecionados para esta sequência didática são: a entrevista, a propaganda comercial e o diário de ficção<sup>11</sup>, este último será o norteador de todas as atividades, porque, por se tratar de diário, os alunos poderão relatar o cotidiano ou a impressão produzida por ele e, assim, será possível conhecer os pensamentos, os sentimentos e os segredos relativos à temática gênero e diversidade que fazem parte do dia a dia dos estudantes; e por se tratar de ficção, os alunos poderão se representar como pertencentes a outro gênero e, assim, repensar e recriar a realidade, pois a ficção proporciona um espaço de liberdade e reconstrução de sujeitos. Com os diários de ficção também será possível fazer o registro dos conceitos apresentados durante a

---

<sup>11</sup>Os diários de ficção são textos literários que têm as mesmas características dos diários convencionais.

realização de toda a atividade e verificar a evolução dos estudantes acerca dos temas abordados. Sendo assim, com esta sequência didática, espera-se que os alunos consigam, além de refletir sobre os aspectos linguísticos e aprender as especificidades dos gêneros textuais em questão, entender a diferença entre gênero e sexo, perceber as desigualdades presentes nos papéis atribuídos aos gêneros, identificar as causas de muitas das violências de gênero e pensar em soluções para tornar o dia a dia de todos menos desigual.

### 3.1 QUESTÕES DE GÊNERO E O EIXO USO-REFLEXÃO-USO

#### 3.1.1 Primeiro desafio: distinguir sexo e gênero

O primeiro desafio consiste em, no plano do conteúdo, fazer os alunos entenderem a distinção entre sexo e gênero, e, no plano da expressão, fazer um levantamento dos conhecimentos prévios acerca das especificidades do gênero textual, Diário de Ficção. Para tanto, inicialmente, cada aluno deverá redigir uma página de diário ficcional sem a ajuda do professor ou qualquer orientação acerca das características do gênero textual em questão, apenas será solicitado a eles que pensem nas atividades diárias que teriam caso pertencessem a outro gênero, listem-nas como se fossem suas, como se fizessem parte dos seus cotidianos, e entreguem-nas ao professor. Depois, ele devolverá, aos alunos, os textos já com as melhorias linguísticas assinaladas, pedirá que façam as correções necessárias e solicitará uma nova entrega. Posteriormente, o professor devolverá novamente os textos aos alunos e pedirá que alguns leiam suas produções enquanto ele as anota no quadro. Em seguida, perguntará às alunas se elas se identificam com o que os alunos listaram e perguntará aos alunos se eles se identificam com o que as alunas listaram. É importante que, nessa etapa, a turma seja estimulada a compartilhar seus pareceres sem prejuízo de nenhum julgamento de valor, o professor deve organizar os turnos de fala sem fazer intervenções a respeito do que é ou não é justo, assim será possível expor, sem filtros, para a turma, o levantamento feito por ela mesma sobre os papéis de gênero e motivá-la a uma primeira discussão acerca desses papéis. Sugere-se que o professor faça uma tabela no quadro para anotar sinteticamente as atividades próprias a cada identidade de gênero segundo relato da turma.

Feitas as anotações, o professor perguntará, aos estudantes, se há, na tabela, alguma atividade que dependa do sexo que se tem para ser realizada e pedirá que justifiquem suas respostas. Nesse ponto, o professor também deve anotar as justificativas apresentadas pelos estudantes para que, em seguida, possa iniciar uma discussão sobre quais atividades são naturais aos sexos e quais são construídas a partir de premissas sociais e não biológicas. Para isso, o professor deve apresentar exemplos que desconstruam a naturalização dos papéis atribuídos aos gêneros, abordando, com a ajuda de professores de outras áreas, as diversas mudanças que sofreram os valores e comportamentos humanos em diferentes tempos e espaços, comparando diferentes padrões de vida em sociedade. Ao fim dessa etapa, espera-se que a turma já tenha compreendido que gênero está relacionado aos papéis atribuídos socialmente e sexo, às informações biológicas. Com isso, pode-se pedir auxílio à turma para conceituar e diferenciar sexo e gênero e anotar no quadro. Logo após, como tarefa para casa, pedir que façam mais uma página do diário, mas desta vez, escrevendo sobre o que aprenderam nas últimas aulas acerca desse tema. O professor corrige e devolve os textos, aplicando atividades de reflexão linguística pertinentes à elaboração de diários de ficção.

O diário de ficção será composto por páginas comuns e páginas especiais. As páginas comuns serão aquelas escritas por livre iniciativa do aluno, sempre que lhe der vontade de registrar algo importante. As páginas especiais serão aquelas que abordarão as etapas que compõem os desafios seguintes. Em todas as páginas, comuns e especiais, porém, os alunos serão estimulados a refletirem sobre os temas abordados a partir do lugar de “outro eu”, com outro olhar, outras experiências, outros sentimentos e discursos, porque tão importante quanto à apreensão dos conceitos é a empatia para a aplicação destes.

### **3.1.2 Segundo desafio: problematizar os papéis de gênero**

Ao segundo desafio, foi reservado questionar os diferentes papéis atribuídos aos gêneros desde a infância e perceber como eles se consolidam na idade adulta. Esta etapa foi dividida em dois grandes momentos: análise de propagandas comerciais infantis e entrevista com familiares, professores e gestores escolares.

Para a análise de propagandas comerciais infantis, o primeiro passo será o professor levar, para a sala de aula, diferentes propagandas de brinquedos infantis

para que os alunos observem as suas principais características. Para isso, é importante que o professor lance mão de perguntas que ajudem os alunos a perceberem os aspectos que se repetem em diferentes comerciais, dentre outras: qual é o produto oferecido? A que público ele se destina? Quais são as linguagens empregadas? Qual é o padrão linguístico utilizado? Sugere-se que o professor solicite, aos alunos, que respondam a essas perguntas no caderno e corrijam as respostas coletivamente. É importante que todas as etapas sejam registradas, pois elas auxiliarão os alunos na elaboração das páginas de seus diários ficcionais. O segundo passo será retomar a análise das propagandas, acrescentando duas perguntas como tarefa para casa, mas desta vez, destinada aos pais: quais brinquedos infantis dependem do sexo que se tem para ser utilizado e por que há distinção entre brinquedos de meninas e brinquedos de meninos? O professor solicitará a alguns estudantes que leiam suas respostas para a turma e anotará no quadro um resumo dos argumentos apresentados. Nesse ponto, é necessário que o professor estimule a reflexão sobre os papéis de gênero, evocando o cotidiano de pessoas adultas, utilizando exemplos, principalmente, próximos a eles, que desconstruam os papéis apresentados a todos desde a infância, como por exemplo: mulheres que dirigem carros e homens que compartilham os desafios domésticos, inclusive o de cuidar dos filhos. O terceiro passo será mostrar propagandas de brinquedos infantis diferentes das anteriores, propagandas que desconstruam a ideia de “mundo rosa e mundo azul”, fazendo as mesmas perguntas aplicadas anteriormente, mas desta vez, substituir as perguntas lançadas aos pais por: o que eles pensam da mensagem expressa nas propagandas? Como último passo, os alunos deverão pensar nos brinquedos que poderiam ter se não houvesse restrições de gênero e elaborar propagandas comerciais livres dessas restrições. O professor pode pedir propagandas em diversos formatos: cartazes, vídeos, músicas, etc. e compartilhá-las com toda a escola.

Para a realização das entrevistas com os familiares, os alunos inicialmente, deverão observar o cotidiano de suas casas, fazendo uma lista das atividades desempenhadas diariamente por cada membro de suas famílias. Na sala de aula, o professor recolherá as listas para análise linguística e compilamento dos dados e depois as devolverá aos alunos. Em seguida, o professor fará uma exposição, em sala de aula, das informações apresentadas pelos estudantes e provocará uma discussão sobre as tarefas diárias reservadas a cada gênero, evidenciando as



possíveis desigualdades de gênero e questionando a natureza dos papéis atribuídos aos sexos. Depois, professor e alunos juntos elaborarão um questionário, abordando a temática desigualdade de gênero, para ser aplicado aos familiares, em forma de entrevista. É importante que as perguntas sejam elaboradas de forma a considerar a realidade e os discursos a que os alunos estão expostos, bem como as indagações destes, mas não se pode deixar de fora perguntas que provoquem as famílias a refletirem sobre as suas rotinas e buscarem estratégias para torná-las mais justas e igualitárias. Neste ponto, é interessante que o professor forneça aos pais um material para leitura, esclarecendo os conceitos abordados em sala de aula durante a aplicação desta sequência didática ou convide-os para um bate-papo sobre gênero para solucionar as dúvidas e inseguranças familiares que surgirem durante esse processo. O professor deverá em todas as etapas insistir que os papéis de gênero são construídos socialmente, chamando a atenção dos alunos e dos familiares para exemplos que diferem positivamente dos modelos que regem o comportamento da maioria das famílias brasileiras.

Para a entrevista com professores e gestores escolares, os alunos, inicialmente, deverão fazer um levantamento das diferenças de gênero que são percebidas nos espaços escolares, deverão observar quais restrições e privilégios de gênero são permitidos e as violências e injustiças acometidas em função dessas diferenças. O professor pode elaborar uma lista de verificação para orientar o olhar da turma sobre as questões de gênero encontradas no ambiente escolar, incluindo questões de homofobia e transfobia. Em seguida, o professor deve, como nas outras etapas, fazer um compilamento dos dados e apresentá-los aos alunos para que eles possam juntamente com ele elaborar as perguntas para as entrevistas com os professores e gestores escolares. As entrevistas realizadas tanto com os familiares quanto com os professores e gestores escolares também deverão ser recolhidas pelo professor para que sejam observados os aspectos linguísticos e sejam reunidas as informações registradas, as quais serão expostas aos alunos para que eles percebam as semelhanças encontradas nas rotinas das famílias, o padrão de comportamento replicado nas ações escolares e as influências discursivas que se repetem nas falas de toda a comunidade escolar. Recomenda-se que o professor organize uma exposição com cartazes feitos pelos alunos, contendo os principais aspectos abordados nas entrevistas, sobretudo as soluções sugeridas pela comunidade escolar para acabar com as desigualdades de gênero. Ao fim desta

etapa, o professor deve lembrar os alunos de registrarem, no diário, em formato de página especial, os principais momentos e as suas impressões sobre os conceitos que vêm sendo trabalhados nesta sequência didática, imaginando-se no lugar de outro gênero, assumindo também as suas inquietudes.

### **3.1.3 Terceiro desafio: gênero e desigualdade social**

O objetivo principal do terceiro desafio é perceber as desigualdades de gênero presentes nas relações profissionais e como elas influenciam nas desigualdades sociais. Para isso, o primeiro passo será perguntar aos alunos que profissão eles seguiriam caso pertencessem a outro gênero, depois verificar se essa profissão é a mesma que eles pretendem seguir e, por último, discutir sobre quais profissões são consideradas femininas e quais, masculinas. Para isso, o professor deverá problematizar as restrições de gênero impostas pelo mercado de trabalho, apresentando ou pedindo para que os alunos pesquisem os motivos pelos quais mulheres e homens procuram ou são procurados, de acordo com o sexo, por determinadas áreas de trabalho. O professor pode levar os alunos para uma visita a empresas da cidade para que observem se a realidade confirma as informações pesquisadas. Nesta etapa, é fundamental que o professor estimule os alunos a perceberem que as barreiras erguidas aos gêneros são construídas a partir de critérios arbitrários e não de limitações físicas, emocionais ou intelectuais supostamente presentes nos sexos; é essencial que o professor apresente exemplos que rompam com os modelos frequentemente retratados na sociedade brasileira, destacando a igualdade de gênero como um fator determinante para a igualdade social e que mostre aos alunos o quanto as restrições de gênero influenciam as desigualdades sociais na medida em que dificultam o acesso a profissões que oferecem melhores remunerações. Com isso, solicitar, aos alunos, que organizem uma exposição, para toda a escola, sobre pessoas e empresas que estão transgredindo as barreiras de gênero. Para finalizar esta etapa, o professor solicitará aos alunos que façam mais uma página especial do diário de ficção, atribuindo, ao seu outro eu, os seus reais interesses, revelando seus sonhos, falando de seus planos, expectativas e desafios que lhes serão postos de acordo com o gênero identificado.

### 3.1.4 Quarto desafio: gênero e violência

O quarto desafio tem o intuito de proporcionar aos alunos a compreensão das principais causas das violências de gênero no Brasil e motivá-los a pensar em estratégias para acabar com o problema. Para tanto, será necessário que o professor, em princípio, explique o que caracteriza esse tipo de violência. Em seguida, compartilhe, com os alunos, notícias de crimes motivados por questões de gênero, como violência doméstica, sexual, homofóbica e transfóbica, e incite-os a relacionar as assimetrias presentes nas relações de gênero como causas dessas violências. O professor pode convidar um delegado de polícia ou alguma autoridade no assunto para apresentar alguns números que mostrem o tamanho do problema no Brasil. Depois fazer um contraponto entre Brasil e países onde há menos violência de gênero (ou comparar as próprias regiões e cidades brasileiras), estimulando os alunos a apontarem as diferenças que são decisivas na persistência ou no fim da violência de gênero. Por último, depois de tudo que foi apresentado, os alunos deverão responder, como última página especial, em seus diários: como posso contribuir para o fim da violência de gênero? Com as respostas dos alunos, o professor organizará mais uma exposição sobre o tema, mas desta vez, apresentando a comunidade escolar, os diários de ficção produzidos pelos alunos.

## 3.2 PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE

Aplicar e analisar esta sequência didática nas aulas de Língua Portuguesa demanda um tempo que extrapola os limites de um semestre, pois nela está incluído, além das discussões de gênero (que por si só já necessitam bastante tempo para a assimilação dos conceitos), o aprendizado de três gêneros textuais diferentes e cada um com seus componentes gramaticais específicos, por isso, não foi possível pô-la em prática dentro do período determinado à elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, um semestre. Sendo assim, reservou-se, neste momento, o aprofundamento teórico a respeito da indissociação entre desigualdade e violência de gênero, a reflexão sobre a importância de levar para a sala de aula discussões sobre gênero e diversidade e o planejamento de atividades para esse fim. Em uma implementação futura, esta sequência didática, além de permitir que a comunidade escolar discuta sobre as desigualdades presentes nas relações de

gênero, abrirá várias possibilidades para a pesquisa qualitativa. Os resultados das produções textuais e das discussões em sala de aula fornecerão um material riquíssimo de informações acerca das várias influências discursivas presentes nas falas dos alunos, o que pode viabilizar a compreensão dos fenômenos estudados, ao mesmo tempo em que pode facilitar a intervenção do pesquisador na resolução dos problemas tratados ou na busca de melhorias sociais. Além da análise qualitativa das entrevistas previstas na sequência didática, muitas abordagens podem ser realizadas a partir da técnica de observação, a qual:

Permite produzir dados sobre comportamentos e situações atuais e fornece informações sobre as interações entre os sujeitos e também a respeito das interações com o espaço social, que dificilmente seriam apreendidas através do discurso falado ou escrito. Além de possibilitar a comparação entre o que é observado e o que é dito ou narrado em entrevistas, permite apreender melhor o contexto no qual os comportamentos e concepções dos sujeitos são acionados (GROSSI; *et al*, 2015, p. 235).

Contudo, a sala de aula é um espaço que concentra diferentes comportamentos e visões de mundo, muitas vezes, antagônicas, e para que os envolvidos na atividade se sintam à vontade para manifestar suas ideias, enriquecendo, assim, a análise, o pesquisador/professor precisa cuidar para que as atividades sejam conduzidas de forma a respeitar diferentes pensamentos e fomentar a participação democrática. O confronto de posicionamentos provoca a troca de conhecimento, o que figura alta fonte de crescimento pessoal e faz do homem um ser ímpar, pois interfere na sua autonomia em expressar sentimentos, em revelar posições críticas frente à realidade na qual está inserido e influí sobre o poder de tomar decisões em relação às escolhas, o que acarreta também em mudanças no seu espaço social. Porém nada disso será possível se os alunos se sentirem desrespeitados em suas visões de mundo ou se a família sentir que seus valores estão sendo destruídos e não reconstruídos, se isso acontecer, o professor estará sozinho, falando para poucos, falando apenas para aqueles que talvez, em suas casas, encontrem semelhanças nos discursos dos familiares com o do professor. É preciso cuidar para que as famílias não se sintam ameaçadas diante das discussões implícitas no termo gênero, elas precisam se sentir acolhidas, por isso, é importante que os familiares sejam convidados a participar em diversos momentos de realização das atividades aqui previstas, assim eles terão a oportunidade de apreender novos significados e ajudar no aprendizado dos alunos, fazendo, assim, parte do processo de educação e transformação social.

## CONSIDERAÇÕES

Falar de gênero e diversidade em sala de aula não é fácil, principalmente, quando paira sobre a escola a acusação de impor uma ideologia de gênero, todavia as desigualdades de gênero e o número de violências apresentado ao longo deste trabalho mostram o quanto essa discussão é urgentemente necessária, da qual, a escola não pode se evadir. A escola precisa assumir o seu lugar de agente de transformação social e mobilizar toda a comunidade escolar para o debate. A escola não pode aceitar que grupos com pensamentos discriminatórios restrinjam a sua participação no debate sobre quaisquer problemas sociais e definam o que deve ou não ser pauta na educação. Se, na escola, não for permitido falar de gênero, e, em casa, falta conhecimento, onde, então, isso acontecerá? Nas conversas de bar? Nas redes sociais? Nas discussões rasas, onde os argumentos se repetem nos achismos e nos preconceitos?

É desanimador ouvir que a escola quer interferir na sexualidade dos alunos, quando, na verdade, quer promover a cidadania e o respeito à diversidade humana; é mais desanimador ainda ouvir que professor não é educador, quando o que se quer não é tomar o lugar da família, mas sim ajudá-la a ser família na maneira mais saudável e responsável possível; é frustrante ser tachada de massa de manobra por defender a liberdade, o respeito e uma sociedade mais justa. Apesar disso, quando eu identifico um gesto, um olhar de respeito dos alunos para a diversidade da natureza humana, eu me encho de esperanças de que todos possam ter oportunidades iguais e liberdade para ser o que são ao passo que o respeito a essa liberdade seja garantido pelo Estado, pela Escola e pela Família.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Censo EAD.BR:** Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2015. Curitiba: InterSaberes, 2016.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo:** a experiência vivida. 2.ed. São Paulo/SP: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. **Brasil:** o país do transfeminicídios. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio\\_Berenice\\_Bento.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf)>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei de nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha.** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei de nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Estatuto da Igualdade Racial.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm)>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Relatório Nacional Pisa 2012:** resultados brasileiros. São Paulo: Fundação Santillana, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde e prevenção nas escolas:** guia para a formação de profissionais de saúde e de educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** língua portuguesa, terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CORALINA, Cora. **Vintém de cobre:** Meias confissões de Aninha. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1987.

EIA, Harald. **O paradoxo da igualdade.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G0J9KZVB9FM>>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

FELICIANO, Marco. **Projeto de lei de número 3235/2015, de outubro de 2015.** Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1397228&filename=PL+3235/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1397228&filename=PL+3235/2015)>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

FREIRE, Ministra Nilcéa; SANTOS, Ministro Edson; HADDAD, Ministro Fernando. **Construindo uma política de educação em gênero e diversidade.** *In:* Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. p. 9.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. [S.l.]: [S.n.], 2014.

GRAUPE, Mareli; BRAGAGNOLLO, Regina. **As Diferenças de Gênero no Espaço Escolar.** Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero/Departamento de Antropologia/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2015. Livro didático.

GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas. **Sexualidades:** dimensão conceitual. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero/Departamento de Antropologia/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2015. Livro didático.

\_\_\_\_\_; *et al.* **Especialização EaD em gênero e diversidade na escola:** Livro V, Módulo V e VI. Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

HEILBORN, Maria Luiza; ROHDEN, Fabíola. **Gênero e diversidade na escola:** ampliação do debate. *In:* Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. p. 11.

JOCA, Alexandre Martins. **Diversidade sexual na escola:** um “problema” posto à mesa. 2008. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira. **Segurança pública em números.** *In:* Anuário brasileiro de segurança pública. São Paulo/SP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015. p. 6.

LIONÇO, Tatiana. **“Ideologia de gênero”:** a emergência de uma teoria religiosa sobre os riscos da democracia sexual. Disponível em: <<http://>

[www.revistaforum.com.br/2014/09/27/ideologia-de-genero-emergencia-de-uma-teoria-religiosa-sobre-os-riscos-da-democracia-sexual/](http://www.revistaforum.com.br/2014/09/27/ideologia-de-genero-emergencia-de-uma-teoria-religiosa-sobre-os-riscos-da-democracia-sexual/)>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

LOURENÇO, Benito; QUEIROZ, Lígia Bruni. **Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência**. Revista de Medicina, São Paulo/SP, v. 89, n. 2, p. 70-75, abr./jun. 2010.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. **Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil**. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo: diretrizes nacionais buscam solução**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem**. Brasília: UNESCO, 2013.

PRADO, Adélia. **Bagagem**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Record, 2003.

SANTA CATARINA, Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 132, de dezembro de 2009**. Florianópolis: CEE, 2009.

SCALA, Jorge. **Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família**. Zenit, 31 de janeiro de 2012. Entrevista concedida a Thácio Siqueira. Disponível em: <<https://pt.zenit.org/articles/ideologia-de-genero-neototalitarismo-e-a-morte-da-familia/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de promoção de Cidadania e Direitos Humanos LGBT**. Brasília: SEDH, 2009.

SENADO FEDERAL. Secretaria de Transparência. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: Data Senado, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Gênero e Diversidade na Escola: especialização a distância**. Disponível em: <<https://ead.ufsc.br/generoediversidadenaescola/sobre/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

VIANNA, Cláudia. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica**. Pró-Posições. Campinas, vol. 23, n. 2, maio/ago. 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República / Secretaria Nacional de Juventude, 2013.



\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2014:** atualização 15 a 29 anos. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República / Secretaria Nacional de Juventude, 2014.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2015:** homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República / Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2015.

WELTER, Tania; CANDIDO, Fernando. **Gênero, Diversidade Sexual e Religião.** Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria. **Gênero:** um conceito importante para o conhecimento do mundo social. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero/Departamento de Antropologia/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2015. Livro didático.